



TERMO DE CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2019

Inexigibilidade nº 004/2019

Processo Licitatório nº. 014/2019

Protocolo SEI nº IMA.2019.00000795-65

A **INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S/A – IMA**, com sede na Rua Bernardo de Sousa Campos, 42, Praça Dom Barreto, Bairro Ponte Preta, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 48.197.859/0001-69 neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **CREDENCIANTE**, de um lado, e, de outro, a empresa **BANCO DO BRASIL S.A.**, com sede na Rua Sacramento, 126 – 20º andar – Centro – Campinas/SP, CEP 13.010-210, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº. 00.000.000/5126-80, inscrição estadual isenta e inscrição municipal isenta, neste ato representada na forma do seu contrato social, doravante denominada **CREDENCIADA**, CELEBRAM o presente Termo de Credenciamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Credenciamento de Instituições Financeiras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, interessadas na concessão de empréstimo consignado em folha de pagamento aos empregados da Informática de Municípios Associados S/A – IMA, nos termos da Lei Municipal nº 13.511 de 23 de dezembro de 2008 e demais disposições legais.

CLÁUSULA SEGUNDA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO/SERVIÇO

2.1. Concessão de empréstimos aos empregados da **CREDENCIANTE**, observando as taxas convencionadas e normas legais vigentes na data da contratação e disponibilizar as importâncias dos valores requeridos pelos empregados diretamente a eles.

2.2. A **CREDENCIADA** deverá aderir ao Sistema Digital de Consignação utilizado pela **CREDENCIANTE** para controle e inserção dos empréstimos utilizados pelos beneficiários e através deste consultar as informações do valor mensal máximo permitido para desconto em folha de pagamento do empregado, observando-se um limite de 30% (trinta por cento) da remuneração líquida, ou de acordo com a legislação e normas que regulam as formas de empréstimo ao empregado.

2.2.1. Entende-se como remuneração líquida a remuneração fixa do empregado, excluídas todas as vantagens de caráter temporário ou eventual, deduzidos todos os descontos legais.

2.3. Atualmente, o quadro é composto por 807 (oitocentos e sete) empregados na **CREDENCIANTE**.



2.4. Será facultado ao empregado optar pela instituição financeira credenciada que melhor atendê-lo no momento da celebração do contrato de empréstimo consignado.

2.5. Os empregados que forem admitidos pela CREDENCIANTE terão um prazo de 06 (seis) meses de carência para realizar empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento.

2.6. A CREDENCIADA deverá colher as assinaturas dos empregados em todos os documentos necessários a formalização dos processos de empréstimo e esclarecer ao empregado todas as condições e implicações que envolvem o processo de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento.

2.7. Todos os empréstimos bancários serão realizados pelo Sistema Digital de Consignação, onde o empregado terá sua senha pessoal, através de cadastro e o banco terá acesso pelo mesmo sistema para liberação dos valores, conforme a margem designada.

2.8. A CREDENCIANTE deverá informar as ocorrências de ruptura ou suspensão da relação de trabalho dos empregados. Esta informação será realizada através do Sistema Digital de Consignação, ficando a IMA eximida de qualquer responsabilidade pelo pagamento de saldo devedor de empréstimo ou financiamento e informará a margem consignável de cada empregado por meio do Sistema Digital de Consignação.

2.9. No mês em que o empregado sair em férias, será feito provisionamento para que o desconto ocorra;

2.10. A CREDENCIANTE não será responsável, nem mesmo garantidora das obrigações financeiras assumidas pelos empregados em decorrência da concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento pelas Instituições Financeiras na forma do Termo de Referência.

2.11. Nos casos em que não se processar o pagamento por força de afastamento ou qualquer situação funcional que acarrete a exclusão do empregado na folha de pagamento, fica a IMA eximida de qualquer responsabilidade quanto a não efetuação do desconto. Desta forma, a CREDENCIADA deve tratar dos valores diretamente com o empregado.

2.12. As condições do empréstimo serão definidas pela CREDENCIADA, em conformidade com as normas legais vigentes.

2.13. A CREDENCIADA não poderá conceder empréstimo consignado ao empregado que já possuir outro empréstimo, salvo se houver margem até o limite de 30% (trinta por cento) da remuneração líquida.

2.14. As operações de compra de contratos de empréstimos entre Instituições Financeiras deverão ser informadas através do Sistema Digital de Consignação.

2.15. As Instituições Financeiras que comprarem o contrato de empréstimo se responsabilizarão em efetuar o pagamento do saldo devedor do referido contrato e registrar a quitação deste no Sistema Digital de Consignação, a partir da data da referida quitação.

2.16. O credenciamento das Instituições Financeiras não tem caráter de exclusividade para qualquer das partes, estabelecendo-se desde logo que a CREDENCIANTE fica liberada para firmar credenciamento com outras Instituições Financeiras que manifestarem interesse em sua celebração e que atendam às exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2.17. Caso a CREDENCIADA não cumpra as regras, condições e exigências descritas no Termo de Referência e no respectivo Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE registrará a ocorrência e poderá advertir a CREDENCIADA e até mesmo efetuar a rescisão unilateral do Termo de Credenciamento de acordo com a gravidade da ocorrência.

2.18. A CREDENCIADA poderá solicitar a rescisão do Termo de Credenciamento a qualquer momento, desde que comunique a CREDENCIANTE com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

2.19. A CREDENCIANTE poderá, a qualquer tempo, rescindir o Termo de Credenciamento comunicando a CREDENCIADA, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

2.20. No caso de descumprimento das condições de credenciamento ou de infração às cláusulas do Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE poderá promover o descredenciamento da Instituição Financeira, não permitindo novos contratos, porém respeitando os já firmados até que se finalizem as parcelas vincendas ou se proceda a quitação antecipada, sem prejuízo da aplicação das sanções já previstas na legislação federal e municipal vigente.

2.21. A CREDENCIANTE não poderá ser responsabilizada, solidária ou subsidiariamente, pelo pagamento dos empréstimos concedidos aos seus empregados.

2.22. Apenas será realizado credenciamento com as Instituições Financeiras que atenderem todos os requisitos legais que lhes são pertinentes.

2.23. O Termo de Credenciamento deverá propiciar condições especiais de crédito aos empregados da CREDENCIANTE, com redução das taxas de juros praticadas pela Instituição Financeira.

2.24. A contratação de empréstimo consignado constitui operação firmada exclusivamente entre a CREDENCIADA e o beneficiário (empregado da IMA), cabendo unicamente a essas partes zelarem pelo seu cumprimento, o qual a IMA se exime de toda e qualquer obrigação desta relação contratual.

2.25. Cada empregado ficará responsável, direta e individualmente, pelo contrato que assinar com a CREDENCIADA que escolher e pelos atos que expressamente autorizar ou consentir. Por sua vez, a CREDENCIADA por ele contratada responderá pelo cumprimento da legislação e por qualquer dano ou prejuízo reclamado pelo beneficiário.

2.26. A CREDENCIADA deverá abster de veicular publicidade acerca do Termo de Credenciamento, salvo se houver prévia autorização da CREDENCIANTE.

2.27. A Instituição CREDENCIADA deverá indicar 01 (um) único funcionário preposto ou representante como responsável perante a IMA para tratativas referentes a este credenciamento e objeto, inclusive quando tratar-se de correspondente.

2.28. A CREDENCIADA deverá divulgar no mês anterior, o valor o percentual da taxa e/ou tarifas que serão praticadas no mês subsequente, caso haja alteração.

2.29. O preposto ou representante da CREDENCIADA deverá participar na sede da CREDENCIANTE da reunião de inicialização da contratação, quando convocado pela CREDENCIANTE.

2.30. A CREDENCIADA deverá averbar o desconto das parcelas dos empréstimos realizados pelos funcionários da IMA através do Sistema Digital de Consignação.

2.31. A CREDENCIANTE repassará às Instituições Bancárias/Financeiras CREDENCIADAS os valores debitados dos empregados da CREDENCIANTE. O repasse será feito mediante depósito em conta corrente bancária da CREDENCIADA.

2.32. A CREDENCIANTE nomeará gestor/agente fiscalizador do Termo de Credenciamento, que será responsável pela fiscalização e controle da execução dos serviços ou fornecimento e exigirá o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CREDENCIADA.



KSP

2.33. A CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento dos produtos/serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias para substituição, reparo ou correção.

2.34. A CREDENCIANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CREDENCIADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2.35. Abster-se de práticas comerciais abusivas, tais como oferecer produtos "casados".

2.36. A prática de qualquer atividade considerada abusiva resultará no descredenciamento da instituição bancário/financeira.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1. A CREDENCIANTE providenciará o desconto do valor da mensalidade de cada usuário, processando-o em folha de pagamento mediante expressa autorização do interessado, repassando o montante à CREDENCIADA no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de referência.

3.1.1. O repasse será feito mediante depósito na conta corrente nº 31027009-X, agência 4203, do Banco do Brasil – Banco 001.

3.2. PRAZO DE ENTREGA: De acordo com as condições de empréstimos efetuadas entre a Instituição Financeira Credenciada e o empregado da IMA.

3.3. LOCAL DE ENTREGA: A entrega ocorrerá na sede da CREDENCIANTE, na Rua Bernardo de Sousa Campos, 42 Bairro Ponte Preta Campinas/SP.

CLÁUSULA QUARTA

DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

4.1. A CREDENCIADA deverá garantir a qualidade do atendimento dos serviços prestados, sob pena de ser-lhe aplicadas penalidades pelo descumprimento do Acordo de Nível de Serviço (ANS) – Anexo I-A, independente da aplicação ou não das demais penalidades legais e ou do Edital.

4.2. O Acordo de Nível de Serviço seguirá as regras estipuladas no quadro do Anexo I-A.

4.3. O fiscal do contrato emitirá Relatório de Acompanhamento do Acordo de Nível de Serviço (Anexo I-B), constando a quantidade de reclamações efetuadas pelos funcionários, quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA

DAS PENALIDADES

5.1. A CREDENCIADA poderá sofrer as seguintes penalidades pelo não cumprimento das obrigações assumidas ou infringência dos preceitos legais pertinentes previstas no anexo I-A.

5.1.1. Notificação quando:

5.1.1.1. As consignações forem processadas em desacordo com as normas estabelecidas no Termo de Referência, devendo ainda a CREDENCIADA apresentar um plano de ação.



KSP

5.1.2. Suspensão temporária de 30 dias quando:

5.1.2.1. Houver reincidência no processamento em desacordo com as normas estabelecidas no Termo de Referência.

5.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total repassado pela IMA no mês anterior, na hipótese do não cumprimento das obrigações assumidas.

5.2. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

5.3. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

5.4. A aplicação das penalidades tem caráter punitivo e não exclui o direito à indenização de eventuais prejuízos causados.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO E DESCREDENCIAMENTO

7.1. O presente Termo de Credenciamentos poderá ser rescindido por quaisquer das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias consecutivos, através de ofício ou carta registrada, ou a qualquer tempo, caso haja o descumprimento de uma das partes, sem prejuízo, neste caso, das penalidades legais aplicáveis.

7.2. A CREDENCIADA poderá ser descredenciada quando:

7.2.1. Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para seu credenciamento;

7.2.2. Não realizar a prestação dos serviços, conforme prevê este Termo de Credenciamento, o Edital, o Termo de Referência e demais anexos ou se a atuação profissional apresentar falhas técnicas que comprometa o oferecimento do serviço causando prejuízo ao empregado.

7.2.3. Ter quantidade de reclamações dos empregados acima de 31, no decorrer de um mês, referente a qualidade do serviço prestado.

7.2.4. Solicitar expressamente sua exclusão com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo poderá ser alterado, de comum acordo entre os partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo devidamente justificado, sendo vedada a alteração da natureza de seu objeto e de qualquer cláusula que implique em prejuízo aos beneficiários do presente credenciamento.



CLÁUSULA NONA

DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos e as dúvidas, porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Credenciamento, serão resolvidos mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA

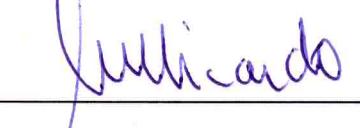
DO FORO

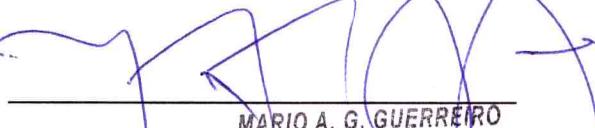
10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Credenciamento, que não possam ser solucionadas na forma estabelecida na Cláusula Nona do presente instrumento.

10.2. Por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes este instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas adiante identificadas.

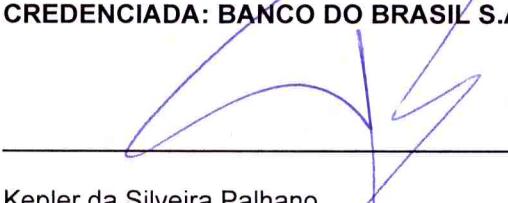
Campinas, 10 de fevereiro de 2020.

CREDENCIANTE: INFORMÁTICA DE MUNICÍPIOS ASSOCIADOS S A - IMA


Márcio Fernando Correa Ricardo
Diretor
Governança Corporativa e Compliance

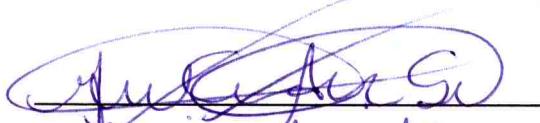

MARIO A. G. GUERREIRO
Diretor Administrativo
Financeiro

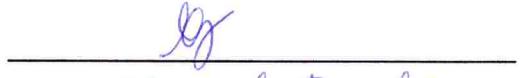
CREDENCIADA: BANCO DO BRASIL S.A.


Kepler da Silveira Palhano

Gerente Geral – Setor Público SP Noroeste

TESTEMUNHAS:


Nome: Mauro C. Armudito dos Reis
RG: 289.356.518-26


Nome: Elaine Cristina Cruz
RG: 22.939.408-5



TERMO DE COMPROMISSO IMA – FORNECEDORES

Programa de Compliance

Eu, Kepler da Silveira Palhano, CPF nº 281.869.558-95, na qualidade de representante legal da empresa **BANCO DO BRASIL S.A.**, declaro ter recebido o Código de Conduta para Fornecedores da IMA.

Declaro comprometer-me a cumprir as regras estabelecidas nesse Código de Conduta, no Regulamento de Segurança e no contrato celebrado entre as partes, bem como a zelar pelos princípios estabelecidos no Programa de Compliance da IMA, informando sobre violações ou suspeitas de violações e cooperando com qualquer investigação conduzida por Processo Administrativo da IMA.

Declaro ainda que nenhum sócio ou diretor desta empresa tem parentesco de até terceiro grau com funcionário, assessor ou gestor da IMA, que atue na área de licitações ou na área de gestão do contrato firmado, bem como com Diretores ou Conselheiros da IMA.

Comprometo-me a declarar eventuais situações de conflito assim que ocorram, ou situações que possam enquadrar-se dentre as relacionadas no Código de Conduta de Fornecedores da IMA, inclusive relação de parentesco ou amizade que possa gerar conflito de interesses.

Campinas, 10 de Fevereiro de 2020.

Kepler da Silveira Palhano

Gerente Geral – Setor Público SP Noroeste



KSP